

ETNICIDADE E IDENTIDADE REGIONAL NAS TEORIAS DE REGIONALISMO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA POLÍTICA

Ethnicity and Regional Identity in Regionalism Theories: an analysis from the perspective of Political Geography

Edmar Avelar de Sena

Doutor em Ciência da Religião pela UFJF, Brasil. Professor do Departamento de Filosofia da PUC MG, Brasil.

edmarsena.mg@gmail.com

Flávia Silva Lanza

Mestre e Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC MG, Brasil.

flavialanza13@gmail.com

Recebido: 07/06/2025

Aceito: 30/10/2025

Resumo

Nas últimas décadas, os estudos de Regionalismo ampliaram seu foco para além da liberalização comercial, adotando uma abordagem mais abrangente. Originada no campo da Geografia e influenciando as Relações Internacionais, a discussão sobre regiões teve um foco importante nas relações comerciais transnacionais. Contudo, importantes discussões sociológicas e geográficas, como os conceitos de etnicidade, cultura e territorialidade, parecem não ter sido plenamente incorporadas pelo conceito de identidade nas teorias clássicas de Regionalismo. Dessa forma, o presente trabalho compara os conceitos de etnicidade e identidade étnica com o de identidade regional, analisando criticamente as Teorias de Regionalismo Clássicas, Contemporâneas e o Regionalismo Comparado. O objetivo é avaliar, a partir de uma perspectiva da Geografia Política, como a dimensão étnico-territorial é tratada, ou negligenciada, na construção teórica das regiões, revelando lacunas e potencialidades para um diálogo interdisciplinar.

Palavras-chave: etnicidade, identidade regional, regionalismo, Geografia Política, Relações Internacionais.

Abstract

In recent decades, regionalism studies have broadened their focus beyond trade liberalization, adopting a more comprehensive approach. Originating in the field of geography and influencing international relations, the discussion of regions has had a significant focus on transnational trade relations. However, important sociological and geographical discussions, such as the concepts of ethnicity, culture, and territoriality, appear not to have been fully incorporated by the concept of identity in classical regionalism theories. Therefore, this paper compares the concepts of ethnicity and ethnic identity with that of regional identity, critically analyzing classical and contemporary regionalism theories, as well as comparative regionalism. The objective is to assess, from a political geography

perspective, how the ethno-territorial dimension is treated, or neglected, in the theoretical construction of regions, revealing gaps and potential for interdisciplinary dialogue.

Keywords: ethnicity, regional identity, regionalism, Political Geography, International Relations.

1. INTRODUÇÃO

O termo região começou a ser discutido já na Grécia Antiga, com a construção da primeira cartografia e o Mapa de Eratóstenes. Já o entendimento moderno de regionalismo, segundo autores europeus, só surgiu no século XIX, com o estabelecimento de uniões monetárias e acordos regionais de comércio entre a França e outros países da Europa. Há autores que também citam o protecionismo e o neomercantilismo da década de 1930 como a primeira grande onda de regionalismo. Assim, o regionalismo econômico foi primeiramente entendido a partir de fatores domésticos que facilitariam a integração de uma região (Kang, 2016; Söderbaum, 2009). Fora do escopo europeu, outras experiências como o Arabismo, que fortaleceu as instituições regionais e culminou na Liga dos Estados Árabes, o Pan-Americanismo, que culminou no MERCOSUL, UNASUL e ALBA, e o Pan-Africanismo, baseado em concepções pós-coloniais também foram importantes para o campo de Regionalismo (Fawcett, 2012).

A Geografia é fundamental para definir uma região, com base na proximidade espacial e na interdependência entre um grupo limitado de estados devido à sua relação geográfica, sendo este um primeiro conceito do termo. Um segundo conceito, relacionado a este, destaca as características culturais e étnicas que delimitam a identidade regional. Um terceiro conceito, ainda, se refere ao aspecto político, em que os interesses das potências dominantes influenciam a configuração da região. Por fim, um quarto conceito define a região a partir de uma perspectiva de segurança, considerando-a no contexto de estratégias e políticas específicas voltadas para a estabilidade regional (Baral, 2024). Por conta de tantos conceitos diferentes, Lencioni (2003) afirma que o próprio termo pode tornar os geógrafos prisioneiros. “A ideia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e o local” (Lencioni, 2003, p. 198).

As interpretações de “regiões” e identidades regionais, enquanto formas de classificação, são essencialmente categorias políticas. Um desafio comum é a suposição implícita de que a identidade regional é um fenômeno concreto, presente de forma objetiva em determinada área, e que pode ser analisado de maneira satisfatória por meio de um

conjunto específico de dados empíricos. Isso inclui, por exemplo, pesquisas sobre identificação, como as realizadas pelo Eurobarômetro do Parlamento Europeu, embora essas pesquisas raramente considerem escalas regionais ou locais, ou materiais culturais como romances regionais, pinturas, poemas, folclore, textos midiáticos, filmes, anúncios, e elementos de paisagens simbólicas ou materiais que “representam” a região. Esses dados, isoladamente ou em conjunto, acabam frequentemente produzindo análises limitadas que são tratadas como se refletissem a própria essência da identidade regional, correndo o risco de essencializá-la. Outro problema está na tendência de interpretar a identidade regional como um processo de identificação que assume uma correspondência direta entre uma porção específica de território, um grupo populacional e uma “cultura”, sugerindo a formação de uma comunidade homogênea que cobre um espaço claramente delimitado. Essa abordagem simplifica a complexidade das identidades regionais e ignora as dinâmicas de diversidade e contestação que frequentemente permeiam essas comunidades (Paasi, 2003).

Os estudos de Regionalismo no campo das Relações Internacionais (RI) se desenvolveram principalmente com a criação da União Europeia (UE), no qual o termo Regionalismo pôde ser compreendido como a consciência de pertencimento coletivo entre as pessoas de uma área relativamente extensa. No entanto, isso só se tornou perceptível em determinadas escalas de abstrações e generalizações. Assim, o regionalismo só é reconhecível quando se manifesta como uma parte de uma unidade territorial maior, que corresponde ao espaço abrangido por um sistema político mais amplo (Knight, 1982). O Regionalismo nas Relações Internacionais pode ser definido como a expressão de uma identidade coletiva e de interesses compartilhados. Ele envolve a criação e implementação de instituições que representam essa identidade regional e orientam ações dentro de uma área geográfica específica. A proliferação de instituições multilaterais regionais exemplifica essa tendência, pois essas organizações desempenham um papel essencial na promoção da cooperação e na facilitação de interações entre estados em questões e áreas específicas (Baral, 2024). O Regionalismo tornou-se, assim, a expressão de uma identidade e de interesses compartilhados, manifestada pela criação de instituições que orientam ações dentro de um espaço geográfico. Contudo, essa abordagem, historicamente focada em fatores econômicos e de segurança, por muito tempo subestimou dimensões socioculturais mais profundas

Dessa forma, o Regionalismo pode ser entendido como um conjunto coletivo de ideias, valores, conceitos e objetivos utilizados para moldar, sustentar ou modificar uma

região específica ou uma determinada estrutura internacional. Outrora, o conceito se ligava diretamente ao poder colonial e suas delimitações ao poder real e as noções de territorialidade. De outro modo enfatiza-se a influência das interações econômicas e sociais em regiões geográficas determinadas, geralmente vinculado a uma política ou projeto específico que frequentemente resultou na criação de instituições por meio de esforços conjuntos. A análise das mudanças de paradigma no regionalismo se apoia em uma base teórica inspirada em correntes das relações internacionais, como o neorrealismo, o neoliberalismo e o construtivismo. Essas abordagens ajudam a explicar como a formação de *clusters*, a integração e a fragmentação ocorrem e se interconectam no cenário global (Baral, 2024).

Nas últimas décadas, os estudos de Regionalismo ampliaram seu foco, indo além da liberalização comercial para adotar uma abordagem mais abrangente que inclui temas como desenvolvimento, segurança, migração e mudanças climáticas. Fenômenos como agrupamento, integração e fragmentação são recorrentes nas dinâmicas internacionais, e sua análise se apoia em correntes teóricas como o neorrealismo, o neoliberalismo e o construtivismo. Recentemente, o campo expandiu seu escopo para incluir temas como desenvolvimento, segurança e migração, em um movimento que Hurrell (1995) descreveu como o “ressurgimento do Regionalismo”. Diversos fatores explicam essa transformação, como o surgimento de novas potências regionais, a diminuição da hegemonia dos Estados Unidos, o aumento da interdependência econômica global, a evolução das dinâmicas de segurança, a entrada de novos atores no cenário internacional e mudanças políticas significativas. Esse novo paradigma é mais inclusivo e busca enfrentar uma gama mais ampla de desafios (Baral, 2024).

Apesar dessa ampliação, algumas discussões sociológicas e antropológicas fundamentais, como os conceitos de região e etnicidade, parecem não ter sido plenamente incorporadas pela noção de identidade regional nas Teorias de Regionalismo. A Geografia, campo de origem da discussão sobre regiões, oferece ferramentas críticas para analisar essa lacuna, ao entender as regiões não como meros contêineres de processos econômicos, mas como construções sociais contestadas e atravessadas por relações de poder. Dessa forma, algumas importantes discussões sociológicas e antropológicas, como os conceitos de região e etnicidade, parecem não ter sido incorporados pelo conceito de identidade regional das Teorias de Regionalismo. Considerando isso, a pergunta que norteia este artigo é: Como uma perspectiva geográfica, informada pelo conceito de etnicidade, pode revelar as limitações e potencialidades das concepções de identidade

regional nas Teorias de Regionalismo? O objetivo é comparar o conceito de etnicidade com as noções de identidade regional presentes nas teorias de Regionalismo das RI, partindo dos três momentos teóricos do campo: as Teorias Clássicas, as Teorias Contemporâneas e o Regionalismo Comparado. Busca-se, com isso, contribuir para um diálogo mais robusto entre a Geografia Política e as Relações Internacionais.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática e crítica da literatura. A metodologia foi desenvolvida em duas etapas. Primeiramente, realizou-se um levantamento dos principais marcos teóricos do campo de Regionalismo nas Relações Internacionais. As teorias foram selecionadas e agrupadas segundo a classificação consolidada na área:

1. Teorias clássicas (Federalismo, Funcionalismo e Neofuncionalismo), focadas no contexto pós-guerra europeu.
2. Teorias contemporâneas (Intergovernamentalismo Liberal e Novo Regionalismo), que refletem as mudanças na ordem global pós-Guerra Fria.
3. Regionalismo comparado, que emerge como uma abordagem crítica ao eurocentrismo e atenta às especificidades de outras regiões do mundo.

Na segunda etapa, o conceito de identidade regional presente em cada uma dessas vertentes foi analisado a partir de um referencial teórico sobre etnicidade, fundamentado em autores clássicos como Max Weber (1991) e contemporâneos como Guibernau e Rex (1997). O critério de análise consistiu em verificar se as teorias de Regionalismo incorporam dimensões centrais da etnicidade, como a crença na ancestralidade comum, a partilha de cultura e tradições, e o papel da alteridade (“nós” *versus* “eles”) na construção de identidades coletivas. A análise busca não apenas descrever, mas avaliar criticamente em que medida a dimensão espacial e territorial da etnicidade é considerada na formação de identidades regionais propostas por cada teoria.

3. A IDENTIDADE REGIONAL NAS TEORIAS DE REGIONALISMO

Nesta seção, são apresentados os resultados da análise sobre como cada vertente teórica do Regionalismo aborda o conceito de identidade regional.

3.1. Teorias clássicas

A primeira onda de Regionalismo, do pós-Segunda Guerra Mundial até a década de 1980, focou em segurança e integração econômica, especialmente na Europa. O

entendimento moderno de regionalismo, segundo autores europeus da Ciência Política, só surgiu no século XIX, com o estabelecimento de uniões monetárias e acordos regionais de comércio entre a França e outros países da Europa. Há autores que também citam o protecionismo e o neomercantilismo da década de 1930 como a primeira grande onda de regionalismo. Assim, o regionalismo econômico foi primeiramente entendido a partir de fatores domésticos que facilitariam a integração de uma região (Kang, 2016; Söderbaum, 2009). A partir disso, surgem as primeiras vertentes teóricas do campo, focadas especificamente na integração europeia. A primeira onda de Regionalismo, portanto, se deu do pós-Segunda Guerra Mundial até a década de 1980, e tinha como foco preocupações de segurança, com a necessidade de criação de organizações regionais para contenção do comunismo, considerando protecionismos no nível regional e que os países pós-coloniais precisariam de incentivos distintos para a industrialização.

Assim, é nesse contexto que surge o Federalismo, que foi elaborado quando a Europa pensava no melhor arranjo para evitar conflitos, e parte da ideia de começar o processo de integração a partir da esfera econômica, com uma associação de entidades que promoveriam a união por meio do reconhecimento formal e constitucional da diversidade – ainda mantendo a autonomia dos Estados, mas com participação igualitária nessa união. Se tratando das identidades regionais, a vertente recebe críticas por assumir que as identidades regionais podem ser forçadas pelos agentes políticos para apoiar os esforços de integração. Sendo assim, essa abordagem subestima as complexidades das identidades, que podem resistir à fusão para se tornarem uma identidade coletiva maior. Além disso, o Federalismo enfatiza demais a centralização, potencialmente marginalizando identidades locais e criando resistência à integração (Burgess, 2009). Em suma, o federalismo propõe a integração a partir da esfera econômica, com uma união que manteria a autonomia dos Estados. A vertente é criticada por assumir que identidades regionais podem ser forçadas “de cima para baixo” por agentes políticos, subestimando a complexidade e a resistência das identidades locais a uma fusão coletiva.

Em seguida, tem-se o Funcionalismo. Essa vertente tem como princípio a criação de arranjos específicos para resolver problemas comuns, que consigam explorar as oportunidades para cooperação e evitar os pontos de desavenças, com foco apenas quando há interesses comuns entre os atores e que as funções sejam organizadas numa esfera global. Dessa forma, o Funcionalismo prescreve um conjunto de práticas que devem ser adotadas com o intuito de promover a integração europeia, apostando na ideia de criação de agências internacionais nas quais os Estados delegam parte da sua soberania.

Porém, essa abordagem é criticada por não levar em consideração a diversidade política dos atores e os prováveis interesses conflitantes. Quanto ao seu entendimento das identidades regionais, o Funcionalismo as enxerga como um resultado da cooperação, que é construída pela interdependência dos Estados ao longo do tempo. Porém, essa vertente gradualista pode promover identidades regionais fracas, uma vez que os atores priorizam a cooperação econômica e técnica em detrimento da unificação cultural. A falta de uma identidade regional pode limitar o apoio público para uma integração mais profunda, tornando esta suscetível à fragmentação ou estagnação se surgirem desafios. Além disso, a vertente subestima a força das lealdades nacionais, que podem não mudar apenas devido à cooperação (Mitrany, 1994; Rosamond, 2000). Dessa forma, o Funcionalismo foca na criação de agências internacionais para resolver problemas comuns em áreas de baixo conflito político, delegando parte da soberania estatal. Nesta visão, a identidade regional é um resultado gradual da cooperação técnica e econômica. A crítica é que essa abordagem tende a criar identidades regionais fracas, pois prioriza a cooperação funcional em detrimento de uma unificação cultural mais profunda.

Por fim, tem-se o Neo-funcionalismo. Essa abordagem se preocupa em descrever as técnicas para o processo de integração regional, que seja proposital e auto interessado, e considerando que o Estado não é um ator unitário. Isso significa que existem grupos de pressão que tentam fazer valer os seus interesses e influenciar a política externa a partir de uma lógica utilitarista, incluindo a população, ONGs e empresas privadas. Esse processo se daria através da cooperação em áreas "low politics", com a criação de uma autoridade supranacional que promoveria, então, a cooperação em setores com potencial de *spill over*¹, que aumentaria ainda mais o escopo da integração. A partir disso, os interesses nacionais são transferidos para novos centros de lealdade, o que aprofunda ainda mais a cooperação, e gera uma integração política como consequência da econômica. Com a integração econômica e a institucionalização supranacional, a vertente afirma que seria possível chegar em uma paz na Europa. Quanto ao entendimento do Neo-funcionalismo com relação às identidades regionais, esta seria alcançada ao longo do tempo, conforme a integração se aprofundar, já que essa integração aumenta a lealdade dos atores às instituições regionais, levando a uma identidade coletiva mais forte. Porém, essa abordagem acaba por ignorar o potencial de resistência das identidades nacionais de cada

¹ A criação e o aprofundamento da integração em um setor econômico criam pressões para avançar a integração econômica dentro e fora desse setor e aumentar a autoridade no nível regional. Esse *spillover* pode ser natural, quando ocorre pelas pressões dos grupos, que levam a novos arranjos de cooperação, ou cultivado, quando as ações da autoridade supranacional geram um interesse comum.

Estado, além de não explicar o que aconteceria com estas, caso o processo de integração desacelere ou enfrente desafios por movimentos nacionalistas. Dessa forma, o Neo-funcionalismo descreve a integração como um processo de *spillover*, onde a cooperação em setores técnicos se expandiria para a esfera política, transferindo lealdades nacionais para novas instituições supranacionais. A identidade regional seria alcançada à medida que a integração se aprofundasse. Contudo, a teoria ignora o potencial de resistência das identidades nacionais existentes. (Rosamond, 2000; Haas, 2004).

Em resumo, as teorias clássicas veem a identidade regional como um subproduto da integração econômica e institucional, e não como um elemento preexistente ou culturalmente enraizado. Além disso, a dimensão étnica está ausente.

3.2. Teorias contemporâneas

A partir da década de 1990, novas abordagens surgiram para explicar a integração em um mundo globalizado. A integração regional é fruto do pensamento liberal, sendo promovida pelos neoliberais como uma forma de incentivar a cooperação, o consenso e a criação de estruturas legais e institucionais voltadas para lidar com os novos desafios globais (Baral, 2024). Dessa forma, as identidades sociais incluem, primeiramente, ideias que descrevem e categorizam a ligação de um indivíduo a um grupo social, englobando aspectos emocionais, afetivos e avaliativos. Grupos de pessoas reconhecem suas semelhanças, o que lhes permite formar uma comunidade imaginada (Anderson, 1983). Em segundo lugar, essa sensação de pertencimento é reforçada por um reconhecimento das diferenças em relação a outras comunidades. Em terceiro lugar, as identidades nacionais criam "comunidades imaginadas" que, na maioria das vezes, referem-se à estados-nação territorialmente definidos, ligando-se, portanto, a conceitos de soberania e Estado. Além disso, as identidades nacionais costumam incluir visões sobre ordens políticas e sociais justas. Por fim, as identidades sociais são influenciadas pelo contexto em que estão inseridas (Risse, 2000).

Considerando isso, o Intergovernamentalismo Liberal surge como uma vertente de Regionalismo com o objetivo de criar uma teoria robusta com poder explicativo para compreender o processo de integração levando em conta a formação de preferências dos atores, que são moldadas em âmbito doméstico – haja vista a racionalidade dos atores, que são utilitaristas –, e as negociações intergovernamentais. A abordagem parte, portanto, da ideia de interdependência que cria os incentivos para a coordenação política entre os Estados, que são compostos pelas preferências agregadas dos grupos influentes da

sociedade, e geram a cooperação. A corrente ainda trata sobre a Comunidade Europeia, e como os governos europeus conseguem barganhar por vantagens enquanto conciliam interesses. Sobre as identidades regionais, a vertente as enxerga como secundárias aos interesses nacionais dos Estados (Moravcsik, 1993).

Dessa forma, a integração regional seria o resultado das escolhas racionais realizadas pelos governos nacionais buscando seus interesses, em vez de qualquer senso de pertencimento regional. A identidade regional pode se desenvolver como uma consequência, mas não é considerada essencial para o processo. Em vez disso, a negociação intergovernamental, os interesses nacionais e as preferências dos Estados são o que impulsiona a integração regional. Dessa forma, a teoria subestima a importância da identidade regional e do apoio público na sustentação da integração, ignorando como a identidade regional e solidariedade entre as populações poderiam influenciar os resultados da integração e fornecer resiliência contra desafios. Além disso, essa abordagem não leva em conta o papel das instituições supranacionais e dos atores transnacionais, que poderiam promover essa identidade regional e impulsionar a integração além das prioridades dos governos (Moravcsik, 1993).

Em resumo, o Intergovernamentalismo Liberal defende que a integração regional resulta de escolhas racionais de governos nacionais que buscam seus próprios interesses, moldados por grupos domésticos influentes. Assim, a identidade regional é vista como secundária aos interesses nacionais. A integração é impulsionada por negociações intergovernamentais, e não por um senso de pertencimento regional. A teoria subestima, portanto, como a solidariedade entre populações poderia influenciar os resultados políticos.

A segunda teoria contemporânea de Regionalismo é o Novo Regionalismo, pertencente à Segunda Onda de Regionalismo. Diferente do regionalismo tradicional, o Novo Regionalismo é baseado em políticas e não apenas em critérios territoriais. Seu sucesso está associado à integração de capital físico e virtual, que fortalece as iniciativas regionais e facilita a colaboração em diversas áreas. Enquanto o regionalismo tradicional surgiu em paralelo com a ascensão da integração europeia, o novo regionalismo se fortaleceu no contexto de um sistema regional em processo de globalização. Keating sustenta que o aumento da política regionalista na segunda metade da década de 1970 não deve ser interpretado como um retorno ao provincialismo antimoderno ou às origens culturais do regionalismo. Em vez disso, o Novo Regionalismo foi considerado uma ferramenta dentro de uma emergente política econômica territorial (Baral, 2024).

Assim, o Novo Regionalismo surgiu a partir de uma abordagem reflexivista, buscando incorporar o viés político do processo de integração e criticando o estadocentrismo. A vertente é contrária ao racionalismo nos estudos sobre integração regional, procurando observar as regiões como algo socialmente construído, e aumentando o escopo do regionalismo incluindo uma maior diversidade de atores e um conteúdo mais abrangente. Por conta disso, os autores (Söderbaum, 2004; Söderbaum, 2013) dessa abordagem afirma, que “o regionalismo é o que os Estados fazem dele”, parafraseando Wendt (1992). Com isso, as regiões podem ser construídas com base em suas particularidades, gerando uma identidade coletiva.

As identidades regionais, para o Novo Regionalismo, são fatores essenciais que surgem das interações entre os atores – incluindo Estados, empresas, sociedade civil e redes transnacionais – e refletem as características históricas, culturais e políticas únicas de uma região. Assim, a identidade é importante para promover um senso de unidade entre as populações, ajudando a abordar desafios regionais compartilhados, como segurança, migração e desenvolvimento (Söderbaum, 2004; Söderbaum, 2013). Por conta disso, Hurrell (1995) coloca a identidade, que ele chama de “consciência regional e a percepção compartilhada de pertencimento”, como um dos fatores que, somada à cooperação, regionalização e integração regional, culminariam em uma coesão regional. Para o autor,

A consciência regional e a percepção compartilhada de pertencer a uma determinada comunidade podem apoiar-se em fatores internos, muitas vezes definidas em termos de cultura, história e tradições religiosas comuns. Podem também ser definidos em contraposição a um "outro" externo, que pode ser entendido primariamente como ameaça política (a autoimagem da Europa definida contra a URSS ou o nacionalismo latino-americano definido contra a ameaça da hegemonia norte-americana), ou um desafio cultural externo (a longa tradição segundo a qual se define "Europa" por oposição ao mundo não-europeu, sobretudo aqueles islâmicos, ou, mais recentemente, o despertar de uma identidade inspirada em contraposição à "ocidental"). (Hurrell, 1995, p. 27).

Porém, o Novo Regionalismo acaba focando na formação espontânea da identidade regional, enquanto ignora a força duradoura das identidades nacionais e a diversidade dentro das regiões. Ao envolver vários atores, o Novo Regionalismo corre o risco de criar agendas fragmentadas e conflitantes, o que pode tornar a coesão regional mais difícil de ser alcançada. Assim, essa abordagem pode não ter mecanismos claros para garantir uma integração forte, uma vez que essa integração dependeria muito da convergência natural de interesses e identidades, em vez de acordos estruturados e vinculativos (Söderbaum, 2004; Söderbaum, 2009; Söderbaum, 2013). Dessa forma, o Novo Regionalismo entende as regiões como socialmente construídas. Parafraseando Wendt (1992), o regionalismo “é o que os Estados fazem dele”. Essa vertente reconhece as identidades regionais como

fatores essenciais que surgem da interação entre múltiplos atores (Estados, empresas, sociedade civil) e refletem características históricas e culturais. Hurrell (1995) define a identidade como uma “consciência regional” que pode ser definida em contraposição a um “outro” externo. Embora se aproxime de uma visão cultural, a abordagem ainda foca na formação espontânea da identidade, sem aprofundar como as dinâmicas étnicas e as disputas internas moldam esse processo.

3.3. Regionalismo Comparado

Surgindo como uma crítica ao eurocentrismo das teorias anteriores, o Regionalismo Comparado analisa experiências não europeias, como a União Africana e a Liga Árabe, considerando seus contextos específicos. O Regionalismo Comparado pode ser colocado como sendo além de um método contemporâneo de Regionalismo por conta de seu foco em analisar experiências não-europeias. Assim, essa abordagem acredita que as experiências de regionalismo no mundo são muito distintas, e que compará-las com a UE seria injusto. Então, o Regionalismo Comparado busca superar esse eurocentrismo ao fazer comparações entre as demais experiências de integração, como a União Africana (2002) e a Liga Árabe (1945), e não focando apenas em um viés econômico. Dessa forma, a abordagem afirma que não existe uma fórmula institucional preferível de integração, e, portanto, é necessário pensar os casos contextualmente, pressupondo intergovernamentalismo e sobreposição de formas de governança (Söderbaum 2004; Söderbaum, 2013). Por conta disso, Börzel e Risse-Kapen (2016) afirmam que o campo está tentando evoluir além no Novo Regionalismo. As diferenças entre as abordagens podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1: Regionalismo clássico, Novo e Comparado.

	Regionalismo clássico	Novo Regionalismo	Regionalismo Comparado
Contexto da ordem mundial	Contexto pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria (na Europa) A bipolaridade, mas também o pós-colonialismo forneceram contexto para o mundo em desenvolvimento	Contexto pós-Guerra Fria Globalização e neoliberalismo Multilateralismo instável (por exemplo, comércio, segurança) Transformação do estado-nação	Ordem mundial multipolar e “multiplex” Guerra contra o terror Crises financeiras Ascensão dos BRICS e potências emergentes
Ligações entre a governação nacional,	Integração regional “além do estado-nação” (na Europa) e promoção do	O regionalismo é visto como uma forma de resistir, domar ou	Governança regional é parte de uma governança global multifacetada

regional e global	desenvolvimento e construção da nação (no mundo em desenvolvimento)	promover a globalização económica	
Setores, atores e formas de organização	Setor específico (por exemplo, comércio e segurança) Regionalismo formal e liderado pelos estados por meio de organizações regionais	Multissetorial ou especializado Estado vs. atores não estatais Regionalismo vs. regionalização Formal vs. informal	Atores estatais e não estatais agrupados em formas formais e informais de organização em um número crescente de setores

Fonte: Traduzido de Söderbaum (2016).

Börzel e Risse-Kapen (2016) afirmam que é possível perceber uma divisão entre dois processos distintos: a cooperação regional, de caráter mais tradicional, e a integração regional. Enquanto o regionalismo econômico, baseado em cooperação intergovernamental frequentemente bilateral, continua a se expandir, formas mais amplas de regionalismo, especialmente aquelas com múltiplos propósitos, não apenas avançaram rumo à integração regional por meio da ampliação e do aprofundamento de suas iniciativas, mas também começaram a apresentar semelhanças institucionais significativas. Essas semelhanças incluem a delegação de novas competências políticas e o fortalecimento de autoridades executivas e judiciais. Considerando isso, o Regionalismo Comparado investiga os processos de disseminação, nos quais ideias e práticas de uma região exercem influência sobre outras. Além disso, soluções institucionais que se mostram eficazes em determinado contexto frequentemente são ajustadas para serem aplicadas em diferentes regiões. Contudo, essas adaptações são profundamente influenciadas pelas normas e práticas específicas de cada local, o que gera uma ampla variedade de formatos institucionais (Acharya, 2012).

As expressões identitárias são muito importantes para o Regionalismo Comparado. Os movimentos de emancipação dos povos coloniais (pan-africanismo, pan-arabismo, pan-americanismo e pan-pacífico²) são vistos como precursores dos movimentos de regionalismo, uma vez que países pequenos optam por cooperar entre si principalmente por conta de suas semelhanças, e o passado colonial é uma delas (Lawson, 2015). Sendo assim,

² Uma vez que essa expressão é menos usada que as outras, cabe ressaltar que o movimento pan-pacífico é relacionada ao contexto pós-Guerra Fria (1947-1991), no qual os países-ilha em desenvolvimento da Oceania se tornaram independentes de seus colonizadores e quiseram afirmar uma identidade regional pan-pacífica com um “Pacific Way” (Tarte; Fry, 2019).

Primeiro, a formação da identidade é relacional; o processo requer uma imagem contrastante contra a qual a autoidentidade pode ser construída, a dimensão "eu/outro" comum a praticamente todas as formas de política de identidade. Segundo, as identidades são situacionais; elas podem ser ativadas de acordo com as demandas de um contexto particular. Terceiro, as identidades são frequentemente instrumentais; elas podem ser implantadas estrategicamente na busca de objetivos, ou como mecanismos defensivos diante de pressões externas indesejadas (Lawson, 2015, p. 3, *em tradução livre*³).

A identidade regional, bem como seus significados para as pessoas, sempre fora relevante para os geógrafos, mas abordagens contemporâneas veem região e lugar como construções e processos sociais contestados. Geógrafos críticos e feministas ressaltam a espacialidade como parte essencial da formação da identidade, considerando que as dinâmicas de lugar influenciam diretamente as relações de classe, gênero, etnia, religião e sexualidade. Isso sugere que as pessoas possuem identidades múltiplas e conflitantes, que não atuam como esferas separadas, mas se constituem mutuamente. Para geógrafos políticos e estudiosos das Relações Internacionais, a identidade é fundamental para compreender fenômenos como (etno)regionalismo, nacionalismo e cidadania. Identidades ligadas ao local, especialmente quando associadas a fatores como raça, gênero, religião e classe, podem tanto mobilizar políticas progressistas quanto alimentar projetos reacionários e excludentes. Dessa forma, tanto os significados dos lugares quanto as identidades baseadas neles estão em constante disputa. Assim, a questão central na compreensão da identidade regional não é a integração entre o individual e o social no espaço, mas como o socioespacial pode ser entendido na produção simultânea do coletivo e do individual. Essa dialética envolve duas formas interligadas de ação: “de cima”, na forma de governança e controle territorial, e “de baixo”, por meio da identificação e resistência territorial (Paasi, 2003; Nolte, 2016).

Em suma, o regionalismo para o Regionalismo Comparado pode ser entendido como um “pacote ideológico de valores, crenças, motivos e interesses que sustentam as invocações da região e os processos, atividades e instituições que constituem ‘a região’ como uma entidade tangível” (Lawson, 2015, p. 4, *em tradução livre*⁴). Assim, a identidade regional pode ser reconhecida como um elemento fundamental na formação das regiões enquanto espaços sociais e políticos, embora seja complexo definir claramente o que

³ “First, identity formation is relational; the process requires a contrasting image against which self-identity can be constructed the ‘self/other’ dimension common to virtually every form of identity politics. Second, identities are situational; they may be activated according to the demands of a particular context. Third, identities are often instrumental; they can be deployed strategically in the pursuit of goals, or as defensive mechanisms in the face of unwelcome external pressures”.

⁴ “Ideological package of values, beliefs, motives and interests underpinning invocations of region and the processes, activities and institutions which constitute ‘the region’ as a tangible entity”.

constitui essa identidade e como ela influencia a ação e a política coletiva. A questão central é entender como as paixões políticas se regionalizam, o que envolve a análise das instituições que moldam a região, como a economia, governança, língua, mídia e literatura, e das relações de poder que essas dinâmicas implicam. As narrativas de identidade regional combinam uma diversidade de elementos: concepções sobre natureza, paisagem, ambiente construído, cultura, etnia, dialetos, crises ou prosperidade econômica, tensões entre periferia e centro, marginalização e estereótipos sobre comunidades — tanto em termos de “nós” quanto de “eles”. Esses elementos podem ser reais ou inventados, muitas vezes acompanhados de utopias ou divergências sobre quem pertence ao grupo. Esses componentes são mobilizados em práticas, rituais e discursos, construindo narrativas de identidades mais ou menos fechadas e imaginadas. O contexto dessas narrativas varia desde regimes de poder e ideologias impostos “de cima” até ações locais de cidadania e formas de resistência. A identidade regional também tem sido vista como uma condição essencial para a construção da cidadania em múltiplos níveis (Paasi, 2003).

Essa abordagem afirma que não existe uma fórmula única para a integração e reconhece a importância das expressões identitárias, muitas vezes ligadas a um passado colonial comum. Movimentos como o pan-africanismo e o pan-arabismo são vistos como precursores do regionalismo. Assim, a formação da identidade é vista como relacional (construída contra um “outro”), situacional (ativada conforme o contexto) e instrumental (usada para alcançar objetivos). Dessa forma, o Regionalismo Comparado dialoga mais diretamente com a Geografia ao ver região e lugar como construções sociais contestadas, onde dinâmicas de classe, gênero e etnia são centrais. A identidade regional é um “pacote ideológico de valores, crenças, motivos e interesses” que sustenta a região como uma entidade tangível. A análise se volta para como as paixões políticas se regionalizam e como as narrativas de identidade mobilizam elementos como cultura, etnia e paisagem (Nolte, 2016).

4. LACUNAS E PONTES ENTRE REGIONALISMO E GEOGRAFIA POLÍTICA

O conceito de identidade regional incorpora elementos que se tornam relevantes no processo de institucionalização de uma região, refletindo suas “estruturas de expectativas”. Isso inclui ideias sobre unidade regional, as características e a história de uma comunidade social, além das particularidades que a diferenciam de outras regiões. Alguns pesquisadores destacam o papel das fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles” que sustentam as identidades (escritas) ou narrativas de “nós” e “nossa” identidade. A

identidade regional vivida pelas pessoas, ou a consciência regional, refere-se à identificação dos indivíduos com suas regiões. Essa identificação regional envolve dois contextos interconectados: o cultural-histórico e o político-econômico. As ideologias políticas, assim como o regionalismo e o nacionalismo, não geram identificação por si mesmas; essa identificação só emerge quando a cultura e a história oferecem uma interpretação que proporciona uma atitude adequada em relação a uma realidade vivida (Paasi, 2009).

Já o conceito de etnicidade, se refere à solidariedade da comunidade com base em ideias compartilhadas de origem, ascendência, tradição e cultura. Ele parte do conceito de etnia,⁵ que é empregado nos estudos antropológicos para designar um grupo social que se diferencia de outros grupos por sua especificidade cultural e, em muitos casos, também é usado como sinônimo de grupo étnico. Esse conceito é concebido como resultado da percepção de pertencimento a um coletivo, ou seja, está profundamente associado às maneiras pelas quais os indivíduos se reconhecem como parte de grupos sociais específicos. Essa identificação apoia-se em atributos compartilhados, como valores, cultura, tradições, idioma, história comum e símbolos, que servem para diferenciar um grupo dos demais (Guibernau; Rex, 1997).

Guibernau e Rex (1997) ressaltam que a identidade possui múltiplas dimensões e é relacional, surgindo das interações sociais. Ela é definida tanto pela forma como os próprios integrantes percebem seu grupo quanto pela maneira como são vistos por outros grupos. Além disso, o conceito incorpora elementos emocionais, ligados ao vínculo afetivo com o grupo, e avaliativos, que expressam o significado atribuído ao pertencimento. Ainda, os autores enfatizam que a identidade não é fixa, mas sim flexível e sujeita a transformações contínuas, especialmente em cenários de mudanças sociais, econômicas e políticas. Essa natureza mutável torna-se ainda mais evidente em sociedades contemporâneas marcadas por migrações, globalização e tensões culturais. E a identidade pode ter um papel político, que pode servir como fundamento para demandas por direitos, autonomia ou reconhecimento, sobretudo em contextos de exclusão ou desigualdade social.

Weber (1991) é um dos autores que tratam do conceito. Sua principal contribuição está na definição dos grupos étnicos com base na crença subjetiva de uma origem comum.

⁵ Etnia pode ser entendida como um grupo de pessoas que compartilham uma herança cultural e social, com destaque para a língua. Segundo Krieg-Planque (2008), a relação entre etnia e raça, ressaltando que, ao longo da história, o termo etnia passou a ser empregado como um substituto parcial de “raça”, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, período em que o conceito se tornou controverso. No entanto, essa substituição não elimina por completo a ideia de diferenciação baseada em aspectos biológicos ou culturais, uma vez que existe uma tendência de considerar etnia como um eufemismo para raça, sendo utilizado para descrever diferenças culturais de forma mais politicamente aceitável.

Segundo essa perspectiva, são considerados étnicos os grupos que compartilham a crença em uma comunidade de origem, fundamentada em semelhanças físicas, culturais ou ambas, ou ainda em memórias ligadas à colonização ou migração. O aspecto essencial é que essa crença tem um papel relevante na construção e manutenção de um senso de comunidade, independentemente da existência objetiva de laços sanguíneos. O autor fala que a identidade étnica se constroí a partir da diferença, e, no entendimento weberiano, o grupo étnico é uma construção social, cuja existência é sempre incerta e complexa. Ele não surge do isolamento dos indivíduos, mas é formado a partir da interação e comunicação das diferenças que os membros adotam para delimitar as fronteiras étnicas (Guibernau; Rex, 1997).

Considerando o exposto, pode-se dizer que a etnicidade desempenha um papel importante na construção de identidades regionais compartilhadas. Esses laços de identidade podem fortalecer o senso de pertencimento e favorecer a aceitação de iniciativas de integração, como blocos econômicos ou políticos. No entanto, em regiões marcadas pela diversidade étnica, alcançar consensos pode ser mais desafiador, especialmente se alguns grupos sentirem que estão sendo excluídos. De acordo com o Neofuncionalismo, por exemplo, no qual a integração regional se desenvolve por meio de interdependências econômicas e sociais que, com o tempo, promovem maior coesão política (Rosamond, 2000; Haas, 2004). Nesse contexto, a etnicidade pode ser tanto uma ponte que facilita essas interdependências quanto uma barreira, dependendo de como os grupos étnicos percebem os benefícios do processo e sua representatividade nas instituições envolvidas.

Um problema persistente é que a discussão sobre identidade regional simultaneamente estabelece um conteúdo e uma agenda para compreender esse conceito geral: as narrativas sobre identidade regional, ou “nossa”, rapidamente se tornam constituintes das percepções do que realmente é a identidade e qual seu significado. Isso nos leva a refletir sobre as interações entre espaços e identidades regionais, além de como essas interações são utilizadas como ferramentas para criar distinções sociais e promover a região. O uso do termo “região” nesses debates tornou-se cada vez mais flexível, permitindo que “região” não esteja apenas situada entre o Estado e o local, mas possa ser encontrada em qualquer escala. Isso se aplica também ao novo regionalismo, que de fato se refere a regiões que estão entre escalas distintas. Embora as regiões sejam cada vez mais descritas nos debates acadêmicos como entidades relacionais, em rede e não delimitadas, a identidade regional sugere uma certa delimitação e uma política de distinção. No entanto, essas duas categorias têm se tornado essenciais, muitas vezes de maneira

acrítica, nos planejamentos regionais, nas ideologias de desenvolvimento e nas estratégias de marketing regional implementadas por atores regionais, nacionais e supranacionais (Paasi, 2011).

Algumas distinções analíticas adicionais são úteis para definir as “identidades” das regiões, compreender as narrativas de identidade regional e, mais importante ainda, estudar essas identidades de forma empírica. A identidade de uma região refere-se a características da natureza, cultura e população que a diferenciam de outras. Na prática, as discussões sobre a identidade de uma região geralmente provêm de cientistas, políticos, administradores, ativistas culturais ou empreendedores que buscam distinguir essa região de outras. Isso acontece por meio da criação de divisões regionais, marketing, governança e regionalização política. Tais classificações são inevitavelmente baseadas em escolhas específicas, onde certos elementos são selecionados para formar uma narrativa de identidade, enquanto outros são excluídos. Dessa forma, essas classificações expressam poder na delimitação, nomeação e simbolização de espaços e grupos de pessoas (Paasi, 2011).

Por outro lado, é possível distinguir analiticamente a identidade regional da percepção dos habitantes, ou seja, a identificação das pessoas com uma região, frequentemente chamada de consciência regional. Os indivíduos podem viver dentro da região (o que é a suposição comum nos debates sobre consciência regional) ou fora dela. A consciência regional é um fenômeno hierárquico, mas não está necessariamente fixada em certos níveis regionais existentes e pode ser baseada em elementos naturais ou culturais que foram classificados, muitas vezes de maneira estereotipada, por ativistas, instituições ou organizações regionais como parte da identidade de uma região. Uma grande dificuldade relacionada à ideia de identidade regional é que o ato de escrever e falar sobre essa identidade simultaneamente cria um conteúdo e uma agenda para entender o conceito: as narrativas sobre identidade regional ou “nossa” tornam-se parte das interpretações do que essa identidade representa e seu significado. Muitos estudos contemporâneos sobre culturas e identidades regionais frequentemente partem de suposições implícitas, como a noção de que a distinção cultural ou identidade em uma determinada região (que, de fato, muitas vezes é considerada um dado nesses estudos) é um fenômeno empírico que pode ser analisado utilizando elementos ou características culturais, como dialetos, música, culinária regional, literatura e folclore, como indicadores dessa distinção ou identidade. Em última análise, a identidade regional é um rótulo atribuído à existência de uma forma espacial para essas características. Nesse sentido, a identidade é uma característica da

“região”, em vez de uma qualidade da consciência regional dos indivíduos que ali residem. Muitas vezes, a própria região é considerada um fato consolidado nessas narrativas (Paasi, 2011).

Ambas as teorias clássicas e as contemporâneas de Regionalismo não incluem essa sensibilidade de etnicidade ao falar de identidades regionais. O Regionalismo Comparado, que surge atualmente não só como metodologia de pesquisa, mas também como uma vertente teórica, possui uma preocupação maior de lidar com as demais regiões do mundo, e não apenas as desenvolvidas. Assim, cabe ao Regionalismo Comparado expandir o conceito de integração regional.

Dessa forma, os resultados revelam uma clara evolução nas teorias de Regionalismo, que passam de uma visão funcionalista e a-histórica da identidade para uma concepção socialmente construída e politicamente instrumental. Contudo, mesmo as abordagens mais recentes podem ser aprofundadas por um diálogo com a Geografia Política e o conceito de etnicidade.

O conceito de etnicidade, conforme definido por Weber (1991), baseia-se na crença subjetiva em uma origem comum, que serve para construir e manter um senso de comunidade, independentemente da existência objetiva de laços sanguíneos. Essa crença não é inata, mas formada a partir da interação, da comunicação de diferenças e da delimitação de fronteiras simbólicas. Weber (1991) via a etnicidade como um fator que facilita a criação de grupos, especialmente na esfera política, sendo a ação política fundamental para a sua dinâmica.

As teorias clássicas de Regionalismo ignoram essa dimensão. Ao pressupor que a identidade pode ser “forjada” (Federalismo) ou que emergirá da cooperação técnica (*spillover* neofuncionalista), elas tratam o espaço regional como um tabuleiro neutro, e não como um território carregado de memórias coletivas e clivagens preexistentes. O Intergovernamentalismo Liberal, ao focar nos interesses nacionais, também perde de vista como a etnicidade pode ser um fator poderoso na própria formação das “preferências nacionais”. Demandas por autonomia de grupos étnicos dentro dos Estados, por exemplo, influenciam diretamente a política externa e a disposição para a integração regional.

Assim, é com o Novo Regionalismo e, principalmente, com o Regionalismo Comparado que uma ponte com a Geografia se torna possível. A ideia de que regiões são “socialmente construídas” ecoa diretamente a perspectiva geográfica de que regiões são processos, e não dados naturais. Anssi Paasi (2009) argumenta que a institucionalização de uma região envolve a definição de seus limites, simbolismos e instituições, em um

processo que reforça o poder de elites. O Novo Regionalismo reconhece a importância da “consciência regional” de Hurrell (1995), mas a análise de Paasi oferece um arcabouço mais robusto para entender *como* essa consciência é produzida, mobilizada e territorializada.

O Regionalismo Comparado avança ao reconhecer que a identidade é relacional e instrumental. Isso se conecta à noção weberiana de que a etnicidade, embora baseada em uma crença, é mobilizada politicamente. No entanto, a contribuição geográfica crucial aqui é a ênfase na territorialidade, definida como uma estratégia política para controlar um território e seus recursos. Muitos conflitos e cooperações regionais não podem ser entendidos sem considerar como grupos etnonacionalistas lutam para criar e manter territórios, mesmo dentro de blocos regionais como a UE. Portanto, a principal lacuna nas teorias de Regionalismo é a tendência a tratar a identidade regional como um fenômeno que cobre homogeneamente um espaço, ignorando a diversidade interna e as disputas que o permeiam. A etnicidade não é apenas mais um fator cultural; é um princípio organizador de poder que produz espaço e contesta fronteiras.

5. CONCLUSÃO

A análise comparativa demonstrou que a ideia de etnicidade está largamente ausente das teorias clássicas de Regionalismo e é tratada de forma limitada nas teorias contemporâneas. Enquanto as primeiras concebem a identidade regional como um resultado mecânico da integração econômica e institucional, as abordagens mais recentes, como o Novo Regionalismo e o Regionalismo Comparado, reconhecem sua natureza construída e política, abrindo um profícuo campo de diálogo com a Geografia.

Contudo, este artigo argumenta que a incorporação plena do conceito de etnicidade exige ir além. Não se trata apenas de reconhecer a existência de culturas e histórias compartilhadas, mas de compreender como a crença em uma ancestralidade comum se torna uma poderosa força política que reivindica e produz território. A Geografia Política, com seu foco na territorialidade e na espacialidade do poder, oferece as ferramentas necessárias para analisar como as identidades étnicas desafiam, moldam e, por vezes, sustentam os projetos de regionalismo.

Conclui-se que, embora o Regionalismo Comparado represente o avanço mais significativo ao se preocupar com as narrativas identitárias de regiões não europeias, o campo como um todo se beneficiaria de uma maior sensibilidade etnográfica e espacial. Futuras pesquisas podem explorar, por meio de estudos de caso, como disputas étnico-

territoriais específicas (nos Bálcãs, no Cáucaso, na África ou na América do Sul) influenciam a dinâmica de organizações regionais, testando e aprofundando a necessária ponte teórica entre as Relações Internacionais e a Geografia.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, A. Comparative regionalism: a field whose time has come?. **The International Spectator**, v. 47, n. 1, 2012.

ANDERSON, B. **Imagined Communities**. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. UK: Verso Books, 1983. 256p.

BARAL, B. N. Shifting Trends in Regionalism. **Journal of Political Science**, v. 24, p. 170–184, 2024.

BÖRZEL, T. A.; RISSE-KAPPEN, T. (Eds.). **The Oxford handbook of comparative regionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. 560p.

BURGESS, M. Federalism. In: WIENER, A.; DIEZ, T. (Eds.). **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FAWCETT, L. The History and Concept of Regionalism. **European Society of International Law**, Conference Papers, v. 2, n. 4, p. 1-18, 2012.

GUIBERNAU, M. M.; REX, J. (Ed.). **The ethnicity reader: nationalism, multiculturalism, and migration**. Cambridge, UK: Polity Press, 1997. 336p.

HAAS, E. **The uniting of Europe**. Indiana: University of Notre Dame Press, 2004. 642p.

HURRELL, A. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, v. 17, n. 1, 1995.

KANG, Y. D. Development of Regionalism: New Criteria and Typology. **Journal of Economic Integration**, v. 31, n. 2, p. 234–274, 15 jun. 2016.

KNIGHT, D. B. Identity and Territory: Geographical Perspectives on Nationalism and Regionalism. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 72, n. 4, p. 514–531, 1982

KRIEG-PLANQUE, A. A palavra etnia: nomear o outro, origem e funcionamento do termo etnia no universo discursivo francês. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 11, n. 22, p. 9–33, 2008.

LAWSON, Stephanie. Regionalism, sub-regionalism and the politics of identity in Oceania. **The Pacific Review**, v. 29, n. 3, p. 387-409, 2015.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003. 224p.

MITRANY, D. A Working Peace System. In: NELSEN, B. F.; STUBB, A. C. G. (Eds.). **The European Union: Readings on the Theory and Practice of European Integration**. Boulder: Lynne Rienner, 1994.

MORAVCVSIK, A. Preferences and power in the European Community: a Liberal Intergovernmentalist approach. **Journal of Common Market Studies**, v. 31, n. 4, 1993.

NOLTE, D. Regional governance from a comparative perspective. In: GONZÁLEZ-SÁNCHEZ, V. (Ed.). **Economy, politics and governance challenges**. Nova Science Publishers, 2016.

PAASI, A. Region and place: regional identity in question. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 4, p. 475–485, 2003.

PAASI, A. The region, identity, and power. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 14, p. 9–16, 2011.

PAASI, A. The resurgence of the 'Region' and 'Regional Identity': theoretical perspectives and empirical observations on regional dynamics in Europe. **Review of International Studies**, v. 35, n. 1, p. 121–146, 2009.

ROSAMOND, B. **Theories of European Integration**. New York: Palgrave Macmillan, 2000. 232p.

SÖDERBAUM, F. Comparative Regional Integration and Regionalism. In: LANDMAN, T.; ROBINSON, N. (Eds.). **The SAGE Handbook of Comparative Politics**. London: SAGE Publications Ltd, 2009. p. 477–496.

SÖDERBAUM, F. Old, new and comparative regionalism. The History and Scholarly Development of the Field. In: BÖRZEL, T. A.; RISSE-KAPPEN, T. (Eds.). **The Oxford handbook of comparative regionalism**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

SÖDERBAUM, F. Rethinking regions and regionalism. **Georgetown Journal of International Affairs**, v. 14, n. 2, p. 9-18, 2013.

SÖDERBAUM, F. **The political economy of regionalism: the case of Southern Africa**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. 272p.

ARTE, S.; FRY, G. The 'New Pacific Diplomacy': An Introduction. In: FIRTH, S.; NAIDU, V. **Understanding Oceania: Celebrating the University of the South Pacific and its collaboration with The Australian National University**. Australia: ANU Press, 2019.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Organização de Guenther Roth e Claus Wittich. Brasília: Editora UnB, 1991. 1712p.

WENDT, A. Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, p. 391-425, 1992.